



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

Código da Natureza Jurídica

2054

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: TRINUS PARTICIPACOES S.A.
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



MGP2500773677

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	013			ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE TRANSFORMACAO
		046	1	TRANSFORMACAO
		020	1	ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL
		053	1	BOLETIM DE SUBSCRICAO
		219	1	ELEICAO/DESTITUICAO DE DIRETORES

PIRAPORA
Local

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

4 SETEMBRO 2025
Data

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

DECISÃO SINGULAR

DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

SIM

SIM

Processo em Ordem À decisão

_____/_____/_____
Data

NÃO ____/____/_____
Data

Responsável

NÃO ____/____/_____
Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

Processo deferido. Publique-se e archive-se.

Processo indeferido. Publique-se.

_____/_____/_____
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

Processo deferido. Publique-se e archive-se.

Processo indeferido. Publique-se.

_____/_____/_____
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31300179991 em 24/09/2025 da Empresa TRINUS PARTICIPACOES S.A., Nire 31300179991 e protocolo 256191417-22/09/2025. Efeitos do registro: 04/09/2025. Autenticação: 2114AC2D426FB672F3FFF8B1ED774C7B8651FC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/619.141-7 e o código de segurança 1ptu Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/09/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/619.141-7	MGP2500773677	19/09/2025

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
368.392.726-72	MARIA DE FATIMA MAGALHAES BARBOSA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31300179991 em 24/09/2025 da Empresa TRINUS PARTICIPACOES S.A., Nire 31300179991 e protocolo 256191417 - 22/09/2025. Efeitos do registro: 04/09/2025. Autenticação: 2114AC2D426FB672F3FFF8B1ED774C7B8651FC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/619.141-7 e o código de segurança 1pt Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/09/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE
EMPRESÁRIA LIMITADA EM SOCIEDADE ANÔNIMA**

“TRINUS PARTICIPAÇÕES LTDA.”

CNPJ: 62.397.760/0001-31

NIRE: 31216895281

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE TRANSFORMAÇÃO
REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2025.**

Sumário dos fatos ocorridos e deliberações tomadas - art. 130, §1º da Lei nº 6.404/76.

1. Data, Hora e Local: Aos 04 (quatro) de setembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), às 18:00 (dezoito horas), na sede da sociedade, localizada na Rua Manoel Conceição Araújo, nº 379, Bairro Industrial, Município de Pirapora/MG, CEP: 39.272-018.

2. Comparecente:

MARIA DE FÁTIMA MAGALHÃES BARBOSA, brasileira, administradora, solteira, portadora da Carteira de Identidade de n. MG-1.744.299, expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o n. 368.392.726-72, nascida na data 01/05/1959, residente e domiciliada na Rua Rio Grande do Sul, nº 901, Bairro Santo Antônio, Município de Pirapora/MG, CEP: 39.272-144,

Única sócia da **TRINUS PARTICIPAÇÕES LTDA.**

3. Mesa diretora dos trabalhos:

Presidente: Maria de Fátima Magalhães Barbosa

Secretário: Lorenzo Magalhães de Moraes

4. Agenda dos trabalhos:

4.1. Admissão de novo sócio na sociedade;

4.2. Aprovação do aumento do capital social;

4.3. Transformação da sociedade **TRINUS PARTICIPAÇÕES LTDA.**, de sociedade empresária limitada em sociedade anônima e aprovação do Estatuto Social que a regerà;

4.4. Eleição da Diretoria para o período de 2025/2028 e fixação da remuneração dos membros da Diretoria;

4.5. Renúncia por parte da Diretoria a qualquer valor a lhes ser pago a título de remuneração ou pró-labore;



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31300179991 em 24/09/2025 da Empresa TRINUS PARTICIPACOES S.A., Nire 31300179991 e protocolo 256191417 - 22/09/2025. Efeitos do registro: 04/09/2025. Autenticação: 2114AC2D426FB672F3FFF8B1ED774C7B8651FC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/619.141-7 e o código de segurança 1ptu Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/09/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

4.6. Outros assuntos de interesse da sociedade.

5. Declarações preliminares do Presidente da Assembleia:

5.1. Que a comparecente é a única sócia da sociedade empresária limitada denominada “**TRINUS PARTICIPAÇÕES LTDA.**”, cujo contrato foi devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG, sob o NIRE nº 31216895281, cujo capital social atual é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas de valor unitário R\$ 1,00 (um real), totalmente integralizado, pertencendo à **Sra. Maria de Fátima Magalhães Barbosa** a totalidade das quotas;

5.2. Que não haverá qualquer alteração no objeto social da sociedade;

5.3. Que as ações representativas da novel sociedade anônima serão as mesmas que representavam a sociedade limitada, permanecendo os acionistas com as mesmas quantidades de parcelas do capital social, conforme boletim de subscrição que integra o presente e que é rubricado pelos comparecentes;

5.4. Que, em assim sendo, submeti aos presentes a pauta dos trabalhos, acompanhada do projeto do Estatuto assim como Boletim de Subscrição de Ações assinados digitalmente pelos subscritores.

6. Deliberações: Tomadas por unanimidade de votos sem quaisquer ressalvas.

6.1. **Aprovada**, pelo presente instrumento, a admissão de novo sócio na sociedade, qual seja: **LORENZO MAGALHÃES DE MORAES**, brasileiro, empresário, solteiro, nascido em 21/11/1995, portador da Carteira de Identidade de n. MG-12259151, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o n. 015.027.186-77, residente e domiciliado na Rua Rio Grande do Sul, nº 901, Bairro Santo Antônio, Município de Pirapora/MG, CEP: 39.272-144.

O sócio ora admitido na sociedade ainda declara, sob pena de nulidade da presente transformação, que não está condenado por nenhum dos crimes previstos em Lei ou enquadrado nas restrições legais que possam impedi-lo de exercer o cargo de Diretoria.

6.2. **Aprovado**, pelo presente instrumento, o aumento do capital social da sociedade. O capital social, que era de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas de valor unitário R\$ 1,00 (um real), fica neste ato aumentado em R\$ 500,00 (quinhentos reais), divididos em 500 (quinhentas) quotas de valor unitário R\$ 1,00, integralizados neste ato pelo sócio ora admitido **LORENZO MAGALHÃES DE MORAES**, em moeda corrente nacional;

6.3. **Aprovada** a transformação societária, nos termos dos arts. 220 e seguintes da Lei nº 6.404/76, passando a sociedade empresária limitada a se constituir em uma



sociedade anônima, que se regerá pela legislação específica e por seu Estatuto aprovado na forma da lei;

6.4. **Aprovado** o Estatuto que regerá a nova sociedade, cuja redação é a seguinte:

“

ESTATUTO SOCIAL TRINUS PARTICIPAÇÕES S.A.

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO

Art. 1º - A denominação da sociedade é **TRINUS PARTICIPAÇÕES S.A.**, que se regerá pelas disposições contidas neste estatuto e na legislação vigente aplicável.

Art. 2º - A sociedade tem sua Sede Social na Rua Manoel Conceição Araújo, nº 379, Bairro Industrial, Município de Pirapora/MG, CEP: 39.272-018 e o foro competente é o da comarca de Pirapora/MG.

Parágrafo Único: A diretoria, quando julgar conveniente, poderá criar e instalar outras filiais, agências, escritórios, depósitos e outras dependências em qualquer parte do País ou no exterior, independentemente de autorização da Assembleia Geral.

Art. 3º - A sociedade tem como objetivo social a participação societária ou acionária em outras sociedades.

Art. 4º - É indeterminado o prazo de duração da sociedade, e o início de suas atividades se deu quando do arquivamento da respectiva ata de constituição no registro público competente.

CAPÍTULO II CAPITAL, AÇÕES E ACIONISTAS

Art. 5º - O Capital Social é de R\$ 200.500,00 (duzentos mil e quinhentos reais), dividido em 100.250 (cem mil, duzentas e cinquenta) ações ordinárias e 100.250 (cem mil, duzentas e cinquenta) ações preferenciais, sem valor nominal, totalmente integralizado.

Parágrafo Primeiro: As ações serão nominativas e os títulos que as representam poderão ser desdobrados sempre que assim o desejar o acionista.

Parágrafo Segundo: As ações preferenciais não têm direito a voto, gozando, contudo, da prioridade na distribuição do dividendo legal obrigatório.

Art. 6º - Somente os titulares de ações ordinárias nominativas poderão exercer o direito de voto nas deliberações da Assembleia Geral.



Art. 7º - A sociedade poderá aumentar o capital social mediante subscrição particular de ações, cujo preço de emissão deverá ser fixado pela Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro: Na proporção do número de ações que possuírem, de cada espécie, os acionistas terão preferência para subscrição dos aumentos de capital.

Parágrafo Segundo: Deverá a sociedade, em qualquer época, em virtude do aumento de Capital, emitir ações preferenciais, sem direito a voto, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas, obedecidos os critérios legais, declarando, no ato, as vantagens e preferências a elas atribuídas, bem como as restrições a que estarão sujeitas.

Parágrafo Terceiro: A Assembleia Geral estabelecerá em que condições será realizada a subscrição de ações do aumento do capital, o que constará do boletim de subscrição.

Art. 8º - No caso de algum acionista desejar vender, alienar, ceder, transferir suas ações, toda ou parte das mesmas, assim como, desejar realizar qualquer operação em relação aos direitos sobre as mesmas, deverá manifestar esse interesse, por escrito, identificando o interessado, bem como o preço e as condições em que a operação irá se realizar. Necessário é o conhecimento desse interesse pelos demais acionistas, para que os mesmos possam exercer o direito de preferência em condições de igualdade.

Parágrafo Primeiro: Os acionistas, depois de notificados quanto ao interesse do acionista em transferir a qualquer título suas ações ou parte delas, ou ainda, dos direitos sobre as mesmas, terão o prazo de 30 (trinta) dias para exercerem o direito de preferência em condições de igualdade, nos termos da comunicação remetida pelo acionista alienante ou cedente.

Parágrafo Segundo: Se algum ou alguns dos acionistas não desejarem adquirir as ações a que tem direito na proporção das que são possuidores, ou ainda, adquirir parte delas, os demais acionistas poderão adquirir estas ações, sempre dentro das proporções a que têm direito.

Parágrafo Terceiro: Se os acionistas não se manifestarem no prazo identificado no parágrafo primeiro, de suas intenções de adquirirem todas, ou parte das ações ou ainda dos direitos sobre as mesmas nas condições que lhe foram oferecidas, o acionista alienante, cedente ou que pretender realizar a operação, ficará livre para proceder à alienação, cessão ou transferência das ações ou parte delas ou ainda dos direitos sobre as mesmas.

Parágrafo Quarto: Na eventualidade da alienação, da cessão ou transferência ou do direito sobre a mesma não se realizar, ou se realizar apenas parcialmente, ou o acionista dispor apenas de parte das ações ou dos direitos sobre as mesmas, para proceder a uma nova operação, mesmo que seja com o mesmo interessado, deverá novamente dar cumprimento as condições do Estatuto Social.



Parágrafo Quinto: Em não sendo atendido as condições do presente artigo, a operação de alienação, de cessão ou qualquer outro título que a mesma for realizada, seja a que título for, não será reconhecida pela Companhia.

Parágrafo Sexto: O direito de preferência de que trata a presente cláusula é assegurado tão somente aos acionistas possuidores da mesma espécie de ação que se desejar vender, alienar, ceder, transferir, na proporção das que são possuidores.

Art. 9º - Nos termos do artigo 118 e seus parágrafos da Lei nº 6.404/76, a Companhia deverá observar e respeitar quaisquer acordos de acionistas que versarem sobre direitos de compra e venda, transferências, cessão ou outras operações, acordos estes que deverão ser transcritos nos livros da sociedade.

CAPÍTULO III ASSEMBLEIAS GERAIS

Art. 10 – As Assembleias Gerais serão ordinárias e extraordinárias e serão convocadas e realizadas na forma da lei.

Parágrafo Primeiro: A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á, anualmente, até 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social para:

- I - tomar as contas dos Administradores, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e Contábeis;
- II - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos;
- III - eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando for o caso.

Parágrafo Segundo: A Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que houver justificada conveniência, para tratar exclusivamente de assuntos objeto de sua convocação.

Parágrafo Terceiro: A Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária poderão ser, cumulativamente, convocadas e realizadas no mesmo dia, hora e local e instrumentadas em ata única.

Art. 11 – Compete à Diretoria, por qualquer de seus membros, a convocação das Assembleias Gerais. Nos anúncios de convocação deverá constar a ordem do dia, o local, data e hora da reunião da Assembleia.

Art. 12 – À Assembleia Geral compete fixar o montante da remuneração do(s) Diretor(es).



Art. 13 – As pessoas presentes à Assembleia Geral deverão provar a qualidade de acionistas da sociedade. Os titulares das ações, se exigindo, exibirão documento hábil de sua Identidade ou de representação.

Art. 14 – Antes de instalada a Assembleia Geral os acionistas assinarão o Livro de “Presença de Acionistas”, com as formalidades de praxe.

Art. 15 – A Assembleia Geral será instalada por um dos Diretores, sendo escolhidos o Presidente e o Secretário da mesa pelos acionistas presentes, cabendo ao Presidente verificar a regularidade da instalação da Assembleia Geral e determinar a ordem dos trabalhos.

Art. 16 – As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos dos acionistas presentes, não se computando os votos em branco e ressalvadas as exceções previstas em lei.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Art. 17 – A Administração da sociedade competirá à Diretoria, composta de 1 (um) membro eleito e destituível a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro: Somente poderão ser eleitos para membros da Diretoria pessoas naturais, residentes no país, acionistas ou não da sociedade.

Parágrafo Segundo: A Diretoria será investida em seus cargos mediante assinatura do Termo de Posse lavrado no Livro de “Atas de Reuniões da Diretoria”.

Art. 18 – O Prazo de gestão dos membros da Diretoria é de 3 (três) anos, admitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro: O prazo de gestão estender-se-á até a investidura dos novos Diretores eleitos.

Parágrafo Segundo: Os membros da Diretoria estão dispensados da prestação de garantia de gestão.

Art. 19 – Compete ao Diretor:

I – assinar cheques, demonstrações financeiras e contábeis, contratos e outros documentos que estabeleçam direitos ou obrigações entre a Sociedade;

II – elaborar os relatórios financeiros para efeito de prestação de contas no final do exercício;

III – elaborar o orçamento para o exercício, quando requerido por qualquer das acionistas ou pela Assembleia Geral;



- IV** - organizar e manter rigorosamente em dia a escrituração contábil da Sociedade;
- V** - exercer a administração financeira da Sociedade.
- VI** - secretariar as reuniões, lavrando as respectivas atas;
- VII** - zelar pela guarda dos arquivos, livros, pastas e demais assentamentos da Sociedade;
- VIII** - administrar o pessoal da Sociedade;
- IX** - colaborar com a administração da Sociedade;
- X** - elaborar o plano anual de atividades, quando requerido por qualquer das acionistas ou pela Assembleia Geral.
- XI** - apresentar aos demais acionistas relatórios, planos de trabalho, balanços financeiros ou patrimoniais;
- XII** - zelar pelo funcionamento regular da Sociedade e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral;
- XIII** - a execução dos trabalhos definidos pela Diretoria na captação de negócios para a sociedade;
- XIV** - a apresentação anual de planejamento das operações da sociedade para análise e definição de sua execução;
- XV** - autorizar a criação, instalação e encerramento de filiais, sucursais, agências, escritórios ou depósitos;
- XVI** - representar a Sociedade, em juízo ou fora dela, ativa e passivamente, em todas as relações com terceiros, de forma isolada;
- XVII** - praticar todos os demais atos inerentes ao exercício de suas atividades pela sociedade.

Art. 20 - No caso de vacância definitiva do cargo de Diretor ou impedimento do mesmo, será convocada Assembleia Geral para realizar a nomeação de um(a) novo(a) Diretor(a).

Art. 21 - A Sociedade poderá, através da assinatura do membro único da Diretoria, nomear procuradores para representá-la, dentro dos limites dos poderes conferidos nos respectivos mandatos, que terão sempre prazo determinado e não superior a um ano, ressalvados apenas os mandatos para fins judiciais, que terão duração indeterminada.

CAPÍTULO V CONSELHO FISCAL



Art. 22 - A sociedade terá um Conselho Fiscal, de instalação facultativa, composto de 3 (três) membros, com igual número de suplentes, residentes no país, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, desde que esta requeira sua instalação.

Parágrafo Único: O Conselho Fiscal será instalado pela Assembleia Geral, a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 1/10 (um décimo) das ações com direito a voto ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto e cada período de funcionamento terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação.

CAPÍTULO VI DOS BENS DA SOCIEDADE

Art. 23 - Para que seja efetuada a venda de quaisquer bens de propriedade da sociedade, que integrem ou não o ativo circulante, independentemente de seu valor, será necessária a assinatura da Diretora.

CAPÍTULO VII DO EXERCÍCIO SOCIAL E DIVIDENDOS

Art. 24 - O exercício social terá seu término no dia 31 de dezembro de cada ano, oportunidade em que serão elaboradas as demonstrações financeiras, obedecidas as normas técnicas e legais aplicáveis.

Art. 25 - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Diretoria apresentará proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício.

Art. 26 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos porventura acumulados e a provisão para o Imposto de Renda.

Art. 27 - O lucro líquido do exercício é o resultado que remanescer depois de feitas as deduções de que trata o art. 28 do presente.

Art. 28 - Do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social, destinada a assegurar a integridade do mesmo, e que somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumento de capital.

Art. 29 - A Assembleia Geral poderá, por proposta da Diretoria, destinar parte do lucro líquido à formação de Reservas para contingências com a finalidade de compensar, em exercícios futuros, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado.

Art. 30 - Por proposta da Diretoria, a Assembleia Geral poderá destinar parte do lucro líquido para constituição de reservas de lucros a realizar, nas hipóteses e limites da lei.



Art. 31 - Os Acionistas têm direito a receber, como dividendos, 15% (quinze por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- I - quota destinada à constituição de Reserva Legal;
- II - importância destinada à formação para Reserva de Contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores e não utilizadas;
- III - lucros a realizar transferidos para a constituição da Reserva de Lucros a realizar e Lucros anteriormente registrados nessa Reserva que tenham sido realizados no exercício.

Art. 32 - A Assembleia Geral deliberará sobre o destino a ser dado ao saldo que ficar, depois de fixado o dividendo.

Art. 33 - O dividendo previsto neste Estatuto não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da Administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da sociedade.

Parágrafo Único: Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos deste artigo serão registrados como Reserva Especial e, se não absorvidos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da sociedade.

Art. 34 - Por deliberação da Assembleia Geral, mediante proposta da Diretoria e ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, poderá haver a distribuição de dividendos inferiores ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro.

Art. 35 - A Diretoria, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento, poderá determinar a distribuição antecipada de dividendos, com base em Balanço Intermediário, *ad referendum* da Assembleia Geral, especialmente levantado para tal fim.

Art. 36 - Para os fins de que trata este capítulo, as deliberações a serem tomadas em Assembleia ficam sujeitas à aprovação de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do capital votante da sociedade.

CAPÍTULO VIII **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 37 - A sociedade entrará em dissolução, liquidação ou extinção nos casos previstos em lei, ou quando assim desejar a Assembleia Geral, por decisão unânime dos acionistas.

Parágrafo Único: A Assembleia Geral nomeará o liquidante e determinará o modo de liquidação, elegerá um Conselho Fiscal que deve funcionar durante o período de liquidação.



Art. 38 – A sociedade não se dissolverá pela morte, interdição, falência ou insolvência de quaisquer de seus acionistas, podendo, a juízo dos acionistas remanescentes, ser(em) admitido(s) à sociedade o(s) sucessor(es) detentor(es) da titularidade das quotas patrimoniais.”

6.5. **Eleita**, para o período de 2025/2028, cujo mandato se iniciará na data de registro do presente estatuto social e se encerrará extraordinariamente em 30/04/2028, a acionista Sra **MARIA DE FÁTIMA MAGALHÃES BARBOSA**, brasileira, administradora, solteira, portadora da Carteira de Identidade de n. MG-1.744.299, expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o n. 368.392.726-72, nascida na data 01/05/1959, residente e domiciliada na Rua Rio Grande do Sul, nº 901, Bairro Santo Antônio, Município de Pirapora/MG, CEP: 39.272-144, para o cargo de **Diretora**.

6.6. **Arbitrados** os valores dos honorários da Diretoria em R\$ 1.518,00 (mil quinhentos e dezoito reais) para a Diretora.

6.7. **Registrada** a não solicitação dos presentes para a instalação do Conselho Fiscal.

6.8. **Registrada** a vontade dos Acionistas de que o(s) Diretor(es) não será(ão) remunerados pelo exercício dos cargos de Diretoria para os quais foram eleitos, sendo assim a Diretora renuncia expressamente a qualquer valor a lhe ser pago a título de remuneração ou pro labore.

7. **Encerramento:** Lida a presente, foi a mesma aprovada e assinada por todos os comparecentes, tendo sido autorizada a sua lavratura em três vias de igual teor e forma para os ulteriores efeitos de direito.

8. **Autenticação:** Confere com o original lavrado no livro próprio.

Pirapora/MG, 04 de setembro de 2025.

MARIA DE FÁTIMA MAGALHÃES BARBOSA
Presidente/Diretora/Acionista

LORENZO MAGALHÃES DE MORAES
Secretário/Acionista

Visto do Advogado:

Tiago Abreu Gontijo
OAB/MG 96.242



TRINUS PARTICIPAÇÕES S.A.
BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES
ANEXO À AG DE TRANSFORMAÇÃO DE 04/09/2025

Boletim de subscrição do capital da **TRINUS PARTICIPAÇÕES S.A.**, no montante de R\$ 200.500,00 (duzentos mil e quinhentos reais), dividido em 100.250 (cem mil, duzentas e cinquenta) ações ordinárias e 100.250 (cem mil, duzentas e cinquenta) ações preferenciais, sem valor nominal, capital social que foi subscrito e integralizado, ficando assim distribuído entre os acionistas:

NOME E QUALIFICAÇÃO DOS SUBSCRITORES	QUANTIDADE DE AÇÕES		TOTAIS	
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	QUANTIDADES	VALORES - R\$
MARIA DE FÁTIMA MAGALHÃES BARBOSA , brasileira, administradora, solteira, portadora da Carteira de Identidade de n. MG-1.744.299, expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o n. 368.392.726-72, nascida na data 01/05/1959, residente e domiciliada na Rua Rio Grande do Sul, nº 901, Bairro Santo Antônio, Município de Pirapora/MG, CEP: 39.272-144	100.000	100.000	200.000	200.000,00
LORENZO MAGALHÃES DE MORAES , brasileiro, empresário, solteiro, nascido em 21/11/1995, portador da Carteira de Identidade de n. MG-12259151, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o n. 015.027.186-77, residente e domiciliado na Rua Rio Grande do Sul, nº 901, Bairro Santo Antônio, Município de Pirapora/MG, CEP: 39.272-144	250	250	500	500,00
TOTAL	100.250	100.250	200.500	200.500,00

Pirapora/MG, 04 de setembro de 2025.

MARIA DE FÁTIMA MAGALHÃES BARBOSA
 Presidente/Diretora/Acionista



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31300179991 em 24/09/2025 da Empresa TRINUS PARTICIPACOES S.A., Nire 31300179991 e protocolo 256191417 - 22/09/2025. Efeitos do registro: 04/09/2025. Autenticação: 2114AC2D426FB672F3FFF8B1ED774C7B8651FC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/619.141-7 e o código de segurança 1ptu Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/09/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
 SECRETÁRIA GERAL

--- LORENZO MAGALHÃES DE MORAES
Secretário/ Acionista

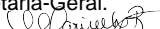
Visto do Advogado:

Tiago Abreu Gontijo
OAB/MG 96.242



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31300179991 em 24/09/2025 da Empresa TRINUS PARTICIPACOES S.A., Nire 31300179991 e protocolo 256191417 - 22/09/2025. Efeitos do registro: 04/09/2025. Autenticação: 2114AC2D426FB672F3FFF8B1ED774C7B8651FC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/619.141-7 e o código de segurança 1ptu Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/09/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

pág. 14/17



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/619.141-7	MGP2500773677	19/09/2025

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
015.027.186-77	LORENZO MAGALHAES DE MORAES
368.392.726-72	MARIA DE FATIMA MAGALHAES BARBOSA
013.421.386-60	TIAGO ABREU GONTIJO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31300179991 em 24/09/2025 da Empresa TRINUS PARTICIPACOES S.A., Nire 31300179991 e protocolo 256191417 - 22/09/2025. Efeitos do registro: 04/09/2025. Autenticação: 2114AC2D426FB672F3FFF8B1ED774C7B8651FC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/619.141-7 e o código de segurança 1pt Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/09/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa TRINUS PARTICIPACOES S.A., de NIRE 3130017999-1 e protocolado sob o número 25/619.141-7 em 22/09/2025, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 31300179991, em 24/09/2025. O ato foi deferido eletronicamente pela 3ª TURMA DE VOGAIS.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
368.392.726-72	MARIA DE FATIMA MAGALHAES BARBOSA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
368.392.726-72	MARIA DE FATIMA MAGALHAES BARBOSA
015.027.186-77	LORENZO MAGALHAES DE MORAES
013.421.386-60	TIAGO ABREU GONTIJO

Belo Horizonte, quarta-feira, 24 de setembro de 2025



Documento assinado eletronicamente por Wellington Mumic em 24/09/2025, às 17:26 conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por Maria Aparecida da Conceição Rossi em 24/09/2025, às 17:26 conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por Helton Andrade em 24/09/2025, às 17:26 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://www.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 25/619.141-7.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

o ato foi deferido pelo decisor singular/turma e cancelado mediante certificado digital pelo(a) Secretário(a)-Geral:

Identificação do(s) Assinante(s)

Nome

MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Belo Horizonte. quarta-feira, 24 de setembro de 2025



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31300179991 em 24/09/2025 da Empresa TRINUS PARTICIPACOES S.A., Nire 31300179991 e protocolo 256191417 - 22/09/2025. Efeitos do registro: 04/09/2025. Autenticação: 2114AC2D426FB672F3FFF8B1ED774C7B8651FC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/619.141-7 e o código de segurança 1ptu Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/09/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL